

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFROBRASILEIRA (UNILAB) PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD) INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL) BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)

JOVERLANIA SANTIAGO NOGUEIRA

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA E.M.E.I.E.F. SEBASTIÃO JOSÉ BEZERRA DA CIDADE DE REDENÇÃO - CEARÁ

REDENÇÃO - CE 2017

JOVERLANIA SANTIAGO NOGUEIRA

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA E.M.E.I.E.F. SEBASTIÃO JOSÉ BEZERRA DA CIDADE DE REDENÇÃO - CEARÁ.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rebeca de Alcântara e Silva Meijer.

FICHA CATALOGRÁFICA

JOVERLANIA SANTIAGO NOGUEIRA

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA E.M.E.I.E.F. SEBASTIÃO JOSÉ BEZERRA DA CIDADE DE REDENÇÃO - CEARÁ.

		Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.
Aprovado em:	/	
	BANCA EX	AMINADORA
		de Alcântara e Silva Meijer NILAB
		Maria Costa Bernardo NILAB
	D C D D	1 D:1 : 1 C:1

Prof. Dra. Rosangela Ribeiro da Silva UNILAB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que possuem membros familiares que necessitam de uma atenção especial de toda a sociedade. À todas e a todos aqueles que sofrem e/ou já sofreram algum preconceito por serem deficientes, independente de qual seja a deficiência. Dedico a todos que querem verdadeiramente o meu bem, em especial à minha mãe que apesar de tudo sempre lutou pela minha educação, independente diversas dificuldades impostas pela vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me acompanharam nesse desafio de ser universitária. Agradeço a minha tia e família por toda a paciência, atenção e abrigo. Serei eternamente grata a minha orientadora nesse projeto Profa. Dra. Rebeca de Alcântara e Silva Meijer pela paciência e atenção. Difícil enumerar todas as pessoas que contribuíram no desenvolvimento deste trabalho, porém, agradeço àqueles que estiveram mais próximo nas horas de socorro e de fins de semestres. Obrigada a todos.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo o estudo e observação de uma maneira diferenciada de ensino na educação, trata-se do Atendimento Educacional Especializado que visa a busca por um atendimento diferenciado prestado àquelas crianças que possuem algum tipo de deficiência. A pesquisa realizar-se-á em um colégio da rede de ensino fundamental da cidade de Redenção no Ceará. O objetivo principal da pesquisa será analisar se esse atendimento, que é direito desses estudantes por lei, é prestado a eles conforme está escrito na Constituição de 1988 e nas Leis de Bases e Diretrizes da Educação. A pesquisa será realizada através de observação no âmbito de um estudo de caso e aplicação de questionário a alguns pais e professores. A pesquisa se justifica já que ainda hoje, por mais que barreiras tenham sido rompidas na educação especial, essa questão ainda é considerada tabu pela sociedade. Mas com o aprofundamento de pesquisas nesse campo, será cada vez mais analisado e entendido o quanto é importante o estudo e entendimento dessa questão, e minha pesquisa só vem a acrescentar nessa luta por inclusão na educação acabando com o silenciamento, pelo menos em Redenção, sobre o tema.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Educação; Inclusão; Educação especial;

ABSTRACT

This work of completion of course aims at the study and observation of a different way of

teaching in education, it is the specialized educational service that seeks the search for a

differentiated service provided to those children who have Some kind of disability. The

research will take place in a college of the elementary School network of the city of

redemption in Ceará. The main objective of the research will be to analyze whether this

attendance, which is the right of these students by law, is provided to them as written in the

Constitution of 1988 and in the laws of Bases and guidelines of education. The research will

be carried out through observation in the context of a case study and questionnaire application

to some parents and teachers. The research is justified since even today, as barriers have been

broken in special education, this issue is still considered taboo by society. But with the

deepening of research in this field, it will be increasingly analyzed and understood how

important is the study and understanding of this issue, and my research only comes to add in

this struggle for inclusion in education ending with silence, at least In redemption, on the

subject.

Key words: Specialized educational attendance; Education Inclusion Special education;

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	1
2 JUSTIFICATIVA	2
3 PROBLEMATIZAÇÃO/CONSTRUINDO O OBJETO DE PESQUISA	5
4 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS ACERCA DO ATENDIMENTO EDUCA ESPECIALIZADO	
4.1 A História do AEE	6
4.2 Dificuldades, avanços e desafios do atendimento educacional especializado	9
5 ASPECTOS METODOLÓGICOS	10
5.1 Descrevendo o universo da pesquisa	10
5.2 O público-alvo da pesquisa	12
5.3 Método de pesquisa	13
5.4 Os instrumentos da pesquisa.	14
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES	16

1. APRESENTAÇÃO

O presente projeto tem como tema O Atendimento Educacional Especializado na E.M.E.I.E.F. Sebastião José Bezerra, essa temática da minha pesquisa sempre esteve presente na minha vida pessoal familiar. Um dos meus irmãos é portador de necessidades especiais e sempre precisou de um amparo especial na escola. Sempre com muitos problemas de desempenho escolar ele chamava atenção, levando em consideração que eu e meus outros dois irmãos sempre tivemos um desempenho relativamente bom na escola. Ao longo do curso de bacharelado em humanidades, foram cobrados a mim a realização de alguns pré-projetos que abordassem temas do meu interesse. Sempre que pude, parti para o lado da educação especial. Já que meu interesse era sempre no atendimento prestado a essas crianças, como o meu irão, portadoras de alguma necessidade, o Atendimento Educacional Especializado que "É um serviço da educação especial que [...] identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (SEESP/MEC, 2008) surgiu pro meu entendimento de maneira intensa e que chamou minha atenção para se aprofundar no estudo do tema.

De maneira geral, entende-se o atendimento educacional especializado, como uma maneira diferenciada de proporcionar o direito à educação àqueles alunos que possuem algum tipo de necessidade especial. O atendimento educacional especializado insere-se no contexto da vida escolar dos alunos que necessitam desse atendimento, no contexto de inclusão social e de direito a educação. O projeto se aprofundará mais especificamente na rede regular de ensino, a base da educação de todos. A pesquisa será realizada em um colégio do município de Redenção, será uma pesquisa de característica qualitativa.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1995, pág. 21-22)

Tendo em vista que o atendimento educacional por lei é um direito de todos;

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;" (Constituição Brasileira de 1988, BRASIL, 1994).

Será analisado se no município há uma realização desse projeto da maneira em que é exigido na lei. O projeto possui como proposta uma ampliação de visão em relação a essa problemática, e a busca por um rompimento dessa visão estereotipada que existe, ao longo da história, em relação a essas pessoas que possuem algum tipo de necessidade especial que buscam para si através da educação, um melhoramento intelectual.

2. JUSTIFICATIVA

A preocupação com o aprendizado e acompanhamento familiar de crianças que são portadoras de algum tipo de deficiência e que são inseridas na sala de aula juntamente com crianças tidas como "normais" foi que surgiu a iniciativa desse projeto, cujos objetivos se fundamentam na curiosidade de saber como se dá essa dinâmica de convivência e aprendizado.

Mas como passei a ter interesse pela temática do presente projeto? Trago algumas motivações a fim de justificar a necessidade de elaboração teórico-metodológica presente. Sou a mais velha de quatro irmãos, sou de família pobre e sempre estudei em instituições públicas. Um de meus irmãos tem deficiência mental e durante toda a sua curta vida escolar necessitou de uma atenção especial por parte dos docentes da escola a qual estudávamos.

De início, minha família não se importava muito em saber como se dava a convivência dele no colégio. Mas ao ingressar na UNILAB, minha tia bem no início do curso me alertou a já ir pensando num tema para o meu TCC. Conversamos sobre vários assuntos até chegarmos ao Atendimento Educacional Especializado. Desta forma nutro interesse por conviver com alguém que faz uso de tais atendimentos, o que despertou em mim o interesse também no âmbito de minha formação acadêmica. A partir desse projeto de alguma maneira pretendo conhecer mais essa área de estudo, as políticas que regem esse segmento social e as condições concretas de atendimento. Ainda sobre minhas implicações pessoais devo acrescentar que um

dos fatores que vale ressaltar que me chamou a atenção para esse projeto foi que, ao completar 14 anos de idade, minha mãe me informou que ele havia decidido não ir mais à escola. Veio a mim a inquietação de saber o porquê dessa decisão do mesmo. Procuramos a escola, questionamos ao corpo docente, mas não obtivemos nenhuma resposta. Minha mãe decidiu por si que o melhor seria mesmo deixá-lo fora da escola e buscar outras maneiras de educá-lo, o que posso dizer por convivência, não foi uma decisão feliz.

Me pergunto de que maneira a escola está oferecendo atendimento educacional especializado para as pessoas que precisam e como o município cumpre a legislação em torno da referida temática?

A Constituição Nacional Brasileira de 1988 em seu artigo 205 assegura que:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Constituição Brasileira de 1988, BRASIL, 1994).

Logo, quando se é citado esse "todo" inclui-se aí os alunos que possuem necessidades especiais que tem direito à educação.

Visando essa problemática, A Constituição Nacional Brasileira cita ainda que;

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;" (Constituição Brasileira de 1988, BRASIL, 1994).

Por estar presente na Constituição Federal, o Atendimento Educacional Especializado é um assunto que abrange todo o país, a partir disso julguei necessário analisar como se dá esse atendimento na realidade do município de Redenção- Ce.

O Atendimento Educacional Especializado "É um serviço da educação especial que [...] identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as

barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (SEESP/MEC, 2008; pág. 08).

As Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade em Educação Especial, em seu 1º Art. diz que

[...], os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (LDB, pág.03, 1996)

Logo, segundo as Leis de bases e Diretrizes da Educação toda e qualquer instituição tem por obrigação, atender pessoas com deficiência, mais especificamente em seu Art. 4°;

[...] considera-se público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (LDB, pág. 09, 1996)

O campo da humanidades caracteriza-se bastante na questão de pluralidade, da diversidade, das diferentes formas de conhecimento. O Atendimento Educacional Especializado, se efetivado da maneira que está colocado nas leis, dá a alunos com novas formas de pensar e de conhecimento o direito de ingressar em instituições de ensino superior, por exemplo.

O discente que tem uma vida intelectual estruturada sob pilares de uma nova perspectiva de educação acredita-se que ele só tenha a acrescentar na academia. O aluno que chega a nível superior com uma educação que desde o início foi acompanhado por profissionais capacitados

o suficiente para proporcionar a ele o atendimento necessário para seu desenvolvimento ajuda bastante na sua inclusão na comunidade acadêmica que hoje, sabemos que a presença esses alunos com algum tipo de necessidade especial ainda é baixo nas universidades. Sendo que eles, frutos de uma forma de educação diferenciada só têm a acrescentar em qualquer curso que ingressem, inclusive nos cursos que sejam da área das ciências humanas. E trazendo pra realidade da UNILAB, a inclusão desses discente só soma a prática da integração.

3. PROBLEMATIZAÇÃO / CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Diante da justificativa apresentada tanto no âmbito pessoal, quanto no âmbito do interesse da sociedade brasileira em compreender os serviços disponíveis para os diversos segmentos sociais, com ênfase no nosso tema de pesquisa, atendimento educacional especializado é que desenhamos os aspectos de problematização do projeto de pesquisa. No campo das ciências humanas, a ciência da educação possui direta concentração teórica e metodológica para a formação de pedagogos, no âmbito da pesquisa e da extensão universitária no tocante a educação especial.

Nesse sentido há grande alinhamento desse foco de investigação para o âmbito das ciências humanas e em consequência para uma estudante que conclui bacharelado interdisciplinar em humanidades.

Para o suleamento do foco do presente projeto de pesquisa apresento a seguinte pergunta orientadora da pesquisa, a saber: Como ocorre o Atendimento Educacional Especializado na E.M.E.I.E.F. Sebastião José Bezerra da rede pública municipal da cidade de Redenção - Ce?

Para o trato da questão apresentada penso os seguintes objetivo geral:

 Pesquisar como ocorre o atendimento educacional especializado numa escola pública municipal da cidade de Redenção – Ce.

Em seguida, apresento os objetivos específicos:

 Identificar como a secretaria de educação do município de Redenção aplica a lei referentes as políticas para o AEE nas escolas do município? Descrever como se dá o atendimento educacional especializado numa escola pública de Redenção-CE

4. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS ACERCA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

4.1 História do AEE

Segundo Belusso 2017, na antiguidade, na Rússia e na Grécia a organização da sociedade e o poder político econômico pertencia totalmente a uma única classe: a nobreza. Pessoas que não eram da nobreza eram mal vistas e marginalizadas. Os deficientes físicos, mentais, auditivos ou visual já nasciam automaticamente exclusos da classe nobre, e por serem deficientes eram mais excluídos ainda. Os mesmos eram vistos como anormais, marginalizados e tudo o que pode-se considerar de mais negativo na sociedade. Historicamente, os únicos que possuíam necessidades especiais que eram considerados pela nobreza eram aqueles que eram levados aos palácios para servirem de palhaço para os nobres ali presentes. Os mesmos ficavam conhecidos como o "bobo da corte". Mesmo que ainda não existisse o conceito de necessidades especial naquela época, os deficientes já eram visto de maneira diferente perante as demais pessoas.

Há também outras vertentes que incluem a necessidade de atenção especial como vista com maior atenção. É o caso também dos idosos, das mulheres, dos negros, etc. Mas me aprofundarei somente na necessidade especial que os deficientes físicos apresentam.

Em um certo momento da história, a sociedade viu que se fazia necessária uma atenção a essas pessoas. De início, essa atenção especial se deu por meio do isolamento de pessoas com deficiências que foram sendo tiradas das ruas - não no sentido de acolhimento, mas no sentido de "embelezamento" da cidade e busca por respostas às anormalidade dessas pessoas - elas eram acolhidas em conventos, asilos e hospitais psiquiátricos.

Segundo Belusso 2017, essas pessoas passaram a ser objetos de estudo no campo da biologia e da medicina, já que nessa época, século XIX, o poder da disciplinaridade era de grande importância para a sociedade de vivia a época do capitalismo industrial.

A partir da década de 90, uma política de inclusão instaurou-se sobre quatro pilares; inspiração nos direitos sociais, Constituição Federal de 1988, Declarações de Salamanca e a Conferência Mundial de Educação para Todos.

Os direitos sociais estão dispostos na Constituição de 1988; no título I (Dos Princípios Fundamentais);

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

E no capítulo II, (Dos direitos sociais) são assegurados;

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Essa visão geral de direitos aos cidadãos brasileiros foi de fundamental importância pra base do nascimento da educação especial destinada aos alunos com necessidades especiais, ao entender que a educação é um direito de todos, sem distinção.

De acordo com a Estrutura de Ação em Educação Especial que foi adotada pela conferência Mundial em Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, realizada em Salamanca entre 07 e 10 de junho de 1994, encontra-se a seguinte informação:

O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada

às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças. (Declaração de Salamanca, Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, Espanha, 1994).

A Conferência Mundial de Educação para Todos, apresentada na Tailândia, nos dia 5 a 9 de março em seu segundo capítulo; Universalizar o acesso à educação e promover a equidade, em seu artigo III afirma:

- A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.
- As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (Conferência Mundial de Educação Para Todos, Grifo do autor).

No século XIX, surgiram as primeiras tentativas de educar esses indivíduos que possuíam algum tipo de necessidade especial, que até então eram considerados anormais. E com o tempo essa Educação Especial vem sofrendo constantes mudanças, nos contextos; social, político e econômico.

Antes de se dar início a tentativa de educar essas pessoas, o problema já era pensado desde o século XVIII, quando as Ciências Humanas passaram a propor um novo discurso e um novo pensamento humano em relação aos alunos com deficiência. Como já firmado antes, nessa época, as instituições que atendiam as pessoas com deficiência era com o intuito de poupar a sociedade de ter que lidar com esses seres humanos vistos como anormais.

Ao longo do tempo, as formas de lidar com o pessoas deficientes foi mudando, até que atualmente, tem-se o AEE, que atende;

- I Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.
- II Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (LDB 2017, pág. 36 – 37)

E visa através da educação dos mesmos busca uma inclusão completa dessas pessoas na sociedade a partir da escola.

4.2 Dificuldades, avanços e desafios do atendimento educacional especializado

A partir dessa ideia de isolar esses indivíduos foi que surgiram as primeiras técnicas de educá-los, onde esses isolamentos - diferente de antes - tinham naquele momento um novo pensamento que consistia na perspectiva de educar essas pessoas que possuíam algum tipo de necessidade especial, a ideia de isola-los não era mais apenas com o pensamento de tira-los da sociedade, o novo pensamento consistia em educá-los e discipliná-los.

Como essas formas de educação e inclusão de pessoas com deficiência estão sempre em constante mudança, a partir da década de 80 surgiram movimentos de abrangência internacional que visavam expandir esse atendimento diferenciado a todo público que necessitava do mesmo, já que o serviço prestado naquela época não visava a inclusão, pois os mesmos eram atendidos em lugares específicos para eles onde só haviam alunos deficientes. A ideia era promover uma interdisciplinaridade dessas pessoas com alunos ditos "normais" em colégios que não fossem dedicado somente a alunos especiais.

Foi implantado na Constituição Brasileira de 1988 o Atendimento Educacional Especializado com obrigatoriedade principalmente na área de ensino regular.

Um avanço bastante considerável na implantação da lei que rege a educação especial é a atualização das Leis de Diretrizes e Bases de Educação, em 1996, com o Governo Getúlio Vargas. As Diretrizes são atualizadas anualmente ou semestralmente de acordo com o andar das disciplinas de cada curso oferecido.

Trazendo para a o Capítulo V referente a Educação especial, uma das mudanças de significado positivo para o AEE, foi o Artigo 58, que antes dizia: "Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais" (LDB, 2009), o referido Artigo foi mudado e atualmente encontra-se da seguinte

forma; "Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação." (LDB, 2017).

5. ASPECTOS METODOLÓGICOS

5.1 Descrevendo o universo da pesquisa

A pesquisa realizar-se-á a partir de observação e convivência com alunos, professores e comunidade escolar como um todo numa escola de ensino fundamental do município de Redenção-Ce. A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) Sebastião José Bezerra é integrante da Rede Pública de Ensino de Redenção-CE, estando localizada em Outeiro, na zona rural do referido município.

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico (PPP), a escola teve sua origem com uma pequena sala para ensinar os filhos dos agricultores da localidade, desde o ano de 1953.

Após um período sem funcionar a escola voltou a trabalhar no ano de 1976. Mantida pela prefeitura municipal de Redenção possui Unidade Executora desde o ano de 1999 através do Conselho Escolar, formado por gestores, professores, funcionários, alunos e pais de alunos, recebendo anualmente recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para compra de materiais de consumo e permanentes.

A escola oferece à comunidade a Educação Infantil (Infantil III, IV e V) e Ensino Fundamental (1° ao 9° ano). Também funciona o Programa do Governo Federal, Mais Educação, com atividades complementares de reforço escolar, atletismo, música, arte e literatura.

O corpo administrativo da escola é formado pela diretora, pela coordenadora pedagógica, secretária escolar e auxiliar administrativo. O corpo docente é formado por 06 (seis) professores, sendo 05 (cinco) efetivos e 01(um) com contrato temporário e ainda conta com 02 (dois) auxiliares de serviços gerais e 01 (um) vigia. A escola possui um Regimento Interno no qual estão contempladas as funções de todos os funcionários da instituição.

A escola conta com 07 (sete) salas de aula, 01 (um) pátio para recreação e eventos, 03 (três) banheiros, 01 (uma) cozinha, 01 (um) depósito para merenda, 01 (um) almoxarifado, 01 (uma) sala de informática, que é dividida em secretaria e utilizada também para diretoria e 01 (uma) sala de leitura, que se divide em sala de professores.

A escola disponibiliza vários recursos para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, tais como: computadores, TV, vídeo, equipamentos de som, aparelho de Data Show, entre outros.

A referida instituição de ensino está localizada a 2,5 km da sede do município de Redenção, com características rurais atende famílias de agricultores, a maioria de baixa renda, sem emprego ou renda fixa; muitas recebem apenas o auxílio do programa Bolsa Família. A escolaridade dos pais dos alunos varia do analfabetismo ao ensino médio, sendo que, em sua maioria, possuem o Ensino Fundamental incompleto (PPP, 2017).

Devido a uma reorganização da Secretaria de Educação do Munícipio nos últimos três anos a escola vem recebendo alunos de algumas localidades serranas, como: Manoel Dias, São Bento e Serra Verde, por isso, desde então a escola passou a depender do transporte escolar.

A participação dos pais na escola é ainda uma meta a ser aprimorada pela instituição, embora a maioria participe das reuniões destinadas às discussões sobre interesse geral ou quando se trata exclusivamente de questões pedagógicas, ou seja, sobre o rendimento escolar dos filhos, dentre outros assuntos.

No ano letivo de 2017 foram matriculados 263 alunos, sendo que desta totalidade 48 alunos na Educação Infantil, 108 alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 106 alunos nos anos finais do Ensino Fundamental, nos períodos manhã e tarde. A faixa etária dos alunos atendidos por este estabelecimento de ensino é de 03 a 15 anos de idade.

A EMEIEF Sebastião José Bezerra concentra seu trabalho na missão de oferecer uma educação de qualidade, pautada nos princípios de uma democracia participativa, comunitária, cristã e ambiental, tornando-se um espaço cultural de socialização e desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício de sua plena cidadania (PPP, 2017).

Ainda de acordo com o referido PPP, a visão de futuro da escola é alcançar a qualidade na educação através da atuação não somente de um ou outro professor, mas sim de todos que

fazem parte da instituição para que futuramente os sujeitos possam exercer a cidadania com responsabilidade dentro de um contexto social.

A escola objetiva sua ação educativa, fundamentada nos PCN, no regimento escolar, na proposta de ensino, no Plano anual e no planejamento das ações, bem como segue as orientações gerais da Secretaria de Educação do Município para criar uma pedagogia de projetos que desenvolva um melhor aprendizado dos estudantes da escola, partindo de uma metodologia de ensino mais criativa e inovadora.

Sobre o currículo, a escola adota uma concepção multidimensional que:

- Será norteada pelo desenvolvimento de atividades que proporcionem a aquisição de valores sociais, dos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática.
- Proporcionará ao educando metodologias apropriadas as suas reais necessidades.
- III) Valorizará aos diversos aspectos da formação do educando, respeitandoo como sujeito e transformador da própria história. (PPP, 2017, pág. 17).

5.2 O público-alvo da pesquisa

A pesquisa trata do atendimento educacional especializado, um direito de todos os alunos que por possuírem alguma deficiência necessitam de uma atenção especial. Esse atendimento, por lei, deve existir desde o ensino fundamental ao superior, mas nesse projeto, o alvo é no ensino fundamental. Já que inicialmente, esse ensino era obrigatório apenas para crianças entre 0 (zero) e 7 (sete) anos de idade. Fase em que a criança frequenta a escola de ensino infantil e fundamental. O público-alvo da pesquisa é o mesmo público-alvo que o Atendimento Educacional especializado atende, que segundo as Leis de Bases e Diretrizes da educação;

[...] considera-se público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de

Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. III — Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (LDB, pág. 09, 1996)

5.3 Métodos de pesquisa

Os métodos nas pesquisas são;

Conjunto de regras que elegemos num determinado contexto, para se obter dados que nos auxiliem nas explicações ou compreensões dos aspectos ou fenômenos constituintes do mundo. (TURATO, 2003, p.153)

Os métodos de pesquisa são de fundamental importância para a realização da mesma e para o êxito em obtenção dos dados para estudo no projeto.

A pesquisa será qualitativa, método esse que conforme diz Minayo:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 1995; pág. 21 – 22)

A presente pesquisa também pode ser classificada como pesquisa social, que é uma pesquisa que também conforme Minayo (2010, p. 47), são investigações que "tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica".

Minayo 2001 relaciona pesquisa qualitativa e social quando diz que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 2001; pág.21 – 22)

5.4 Os instrumentos da pesquisa

Usarei como instrumento de pesquisa a aplicação de questionários semiabertos a docentes e pais.

Segundo Marconi e Lakatos (2003 pág. 201) "Como toda técnica de coleta de dados, o questionário também apresenta uma série de vantagens e desvantagens."

Sobre esse método de pesquisa, Mário Santos (2003), diz das vantagens;

- A resposta, por escrito, a questões potencialmente embaraçosas, não é tão embaraçosa para os inquiridos, como por exemplo através da entrevista pessoal;
- As respostas às questões colocadas não estarão tão sujeitas a enviesamentos e interpretações duvidosas;
- Possibilita uma maior sistematização dos resultados obtidos, tornando-se mais fácil automatizar o processo de análise e tratamento dos dados;
- É de fácil operacionalização, podendo ser aplicado a uma amostra de grande dimensão, num curto espaço de tempo;
- Pelas suas características, implica normalmente custos menores, pois evita as deslocações. (SANTOS, 20013; pág. 15 16)

Para Marconi e Lakatos, 2003:

O questionário deve ser limitado em extensão e em fInalidade. Se for muito longo, causa fadiga e desinteresse; se curto demais, corre o risco de não oferecer sufIcientes informações. Deve conter de 20 a 30 perguntas e demorar cerca de 30 minutos para ser respondido. É claro que este número não é fIxo: varia de acordo com o tipo de pesquisa e dos informantes. IdentifIcadas as questões, estas devem ser codifIcadas, a fIm de facilitar, mais tarde, a tabulação. (MARCONI E LAKATOS, 20013; pág. 203)

Farei também o uso da observação como instrumento de pesquisa. Em seu livro Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 2003 pág.101, a observação na pesquisa pode se destrinchar em três critérios que é a observação simples, a observação participante e a observação sistemática. Mas no geral;

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pala construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. (GIL, pág. 100)

Como o ambiente da pesquisa se tratará de um colégio da rede de ensino regular, local onde se caracteriza principalmente pelo fluxo de crianças, julgarei necessária o uso da observação como método complementar de pesquisa para esse projeto, para que haja um melhor entendimento e uma melhor relação com os inúmeros fenômenos existentes nessa dinâmica de convivência da escola.

A pesquisa irá analisar um fenômeno que ocorre na educação, para melhor análise e melhor êxito na coleta de dados, será usado mais um dos método, o estudo de caso.

O estudo de caso tem sido escolhido, de forma recorrente, como alternativa para pesquisas sobre o fenômeno educativo. Porém, nem sempre essas escolhas são feitas com clareza e discernimento do que seja um estudo de caso. (GOMES, 2008. Pág. 1)

Robert Yin, um grande estudioso do estudo de caso, afirma que esse método na pesquisa é de grande rigorosidade na pesquisa.

O estudo de caso há muito foi (e continua ser) estereotipado como o parente pobre entre os métodos de ciência social. Os pesquisadores que realizam estudos de caso são vistos como se tivessem rebaixado o nível de suas disciplinas acadêmicas. Os estudos de caso também têm sido denegridos, como se tivessem precisão (ou seja, quantificação), objetividade e rigor insuficientes. Esse estereótipo dos estudos de caso, que começou no século XX, continua no século XXI [...] (YIN, 2005, pág. 11).

Mesmo com toda visão estereotipada que existe em relação ao método de pesquisa estudo de caso, será de fundamental importância o uso desse método na pesquisa. Já que segundo Yin 2005, esse método é uma escolha que soma positivamente na realização de coleta de dados para a pesquisa em qualquer que seja o projeto, no caso desse que se realizará numa escola da

rede de ensino fundamental de Redenção, o estudo de caso é considerado de grande importância para o êxito do mesmo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em !5 de Setembro de 2017.

BELUSSO, Roniele. **Paisagens do Atendimento Educacional Especializado.** Caxias do Sul, 2017. Disponível em:<> Acesso em: 15 de Outubro de 2017.

Blog Espaço AEE - Atendimento Educacional Especializado. Disponível em: http://espacoaee.blogspot.com.br/2010/07/atendimento-educacional-especializado.html Acesso em 29 de setembro de 2017.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em:http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 03 de dezembro de 2017.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS: **satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Disponível em:http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>Acesso em 03 de dezembro de 2017.

DIAS, Marília Costa; Atendimento educacional especializado complementar e a deficiência intelectual: considerações sobre a efetivação do direito à educação. São Paulo, 2010. Disponível em: < file:///C:/Users/jover/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/
TempState/Downloads/MARILIA COSTA_DIAS.pdf> Acesso em 05 de Outubro de 2017.

Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso em 26 de setembro de 2017.

LEIS DE BASES E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO (LDB). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 03 de dezembro de 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-ii/historia-ii/china-e-india Acesso em 07 de dezembro de 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id submenu/1428/minayo 2001.pdf > acesso em:

07 de dezembro de 2017.

PORTAL EDUCAÇÃO ESPECIAL: IGUALDADE NA DIFERENÇA. Disponível em: http://educacaoespecial2009.blogspot.com.br/2010/03/conceitos-sobre-altas.html>. Acesso em 03 de dezembro de 2017.

SANTOS, Mário. Blog de trabalho. **Vantagens e desvantagens da utilização do Questionário como técnica de recolha de dados**, 2008. Disponível em: http://mariosantos700904.blogspot.com.br/2008/04/vantagens-e-desvantagens-da-utilizao-do.html"http://mariosantos700904.blogspot.com.br/2008/04/vantagens-e-desvantagens-da-utilizao-do.html"HYPERLINK > Acesso em 07 de dezembro de 2017.

SITE DA ASSOCIAÇÃO NOVAESCOLA. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/51/o-que-sao-os-transtornos-globais-do-desenvolvimento-tgd. Acesso em: 03 de dezembro de 2017.

TURATO, Egberto Ribeiro. Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teóricoepistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis: Vozes, 2003.

YIN, Robert K., Estudo de caso: planejamentos e métodos. 2005, Editora Bookman.